

TEMPO COMO REGULADOR DAS ATIVIDADES NA IDADE MÉDIA

Jonathan Mendes Gomes
UEMG – Unidade Carangola
jonathanmdna@gmail.com

1 Introdução

Tempo e espaço não são categorias pré-definidas, e sim construídas num determinado universo cultural como eixos por onde se estrutura a sociedade e os significados que esta produz. Sendo o conceito de tempo dependente do uso que uma determinada sociedade pretende fazer dele, conseqüentemente as temporalidades mudam conforme as sociedades se transformam, e se diversificam, convivendo harmonicamente ou não, dentro de um mesmo recorte cronológico. É por isso que podemos afirmar que as percepções e concepções temporais são dotadas de historicidade, pois a própria construção da história e da memória são acompanhadas pela construção e desconstrução do tempo.

Inclusive, um indivíduo, por si só, não é capaz de forjar o conceito de tempo. A criança assimila esta ideia à medida que cresce em uma sociedade, que lhe é inseparável, que tem esta ideia como evidente. Mas por que a necessidade do ser humano de medir o tempo? A mensuração do tempo é utilizada a fim de orientar o homem em dois meios: no meio físico, adaptando-o aos fenômenos naturais, dos mais estáveis aos instáveis; e no meio social, harmonizando os homens uns com os outros. Destas funções vem o caráter regulador do tempo, uma categoria que serve a regimentar normas de padrões criados num meio social (ELIAS, 1998).

O fato é que a determinação exata do tempo, em sequências de acontecimentos sucessivos, não se deixa perceber diretamente. Isto porque nossa capacidade sensorial de sentir o tempo enquanto estrutura fixa é fraca e pouco espontânea. Para alcançá-la é necessário criar elementos concretos, ou seja, objetos externos, que possam se unir à percepção sensorial, num claro processo de abstração. A mensuração é eficaz quando

estes elementos concretos quando se cria, a partir de marcações do tempo, unidades artificiais precisas e padronizadas.

Só que estes elementos não devem demonstrar apenas recorrência e circularidade, de modo a fornecer unidades objetivas de medida. Devem também gerar uma certa ressonância social, isto é, serem de tão fácil apreensão a maior número de pessoas, que se submeterão a seu controle, de modo que sejam assimilados em consenso. A acessibilidade da percepção do tempo é importante, pois sendo um construto social, sua absorção não depende apenas de coerção, mas também da sedução que produz num determinado meio. Na história desta percepção o som, a partir do sino, foi o primeiro elemento sensorial que vigorou, sendo pouco a pouco substituído pela sensorialidade visual, com o relógio (ELIAS, 1998).

A história da Idade Média é também uma história de aperfeiçoamento das técnicas de mensuração do tempo, mas não de evolução, e sim de mudanças e convivências múltiplas de percepções. Daí a relevância deste tipo de estudo. Este trabalho visa destacar o aspecto regulador do tempo, com base na dicotomia existente entre tempo e trabalho. Para isto, analisaremos não apenas a sociedade e as concepções por ela pensadas, mas também os instrumentos reguladores e as atividades por eles relacionadas.

2 As variadas concepções de tempo

Segundo Santo Agostinho o tempo é um dom divino, e por isso o homem não pode controlá-lo, seria uma heresia. Esta ideia norteou o pensamento medieval por um longo período até que os mosteiros, com Cluny à frente, resolveram desmontá-la a partir de uma série de reformas. Mas a sociedade medieval conviveu com vários tipos de medida e temporalidade (WHITROW, 1993).

A Igreja organizava a sociedade em direção a salvação, ao “fim”, difundindo um tempo linear, direcionado, englobando o futuro, e que justificava a própria sociedade e sua existência. Este tempo estava baseado em tanto na tradição vetero quanto neo-testamentária, “respectivamente o passado e o presente cristãos: o mundo que o nascimento de Cristo inaugurou é um tempo novo, da renovação do pacto de Deus com os homens” (FRÓES, 2011, p. 115).

Apesar de ser uma religião urbana, o cristianismo propôs-se a estender este tempo ao campo, absorvendo e sacralizando o tempo natural, quotidiano e cíclico, ligado aos ritmos da natureza, estações, fenômenos físicos, e movimento dos astros. Assim, os “ciclos sazonais e a sucessão das mudanças cósmicas foram relidos, como repetindo a história do sacrifício de Cristo. A sucessão dos dias da semana lembrava a criação do mundo. A inserção do domingo pelo cristianismo relacionava-se ao descanso divino” (FRÓES, 2011, p. 116).

Este tempo acabou sendo apropriado pelo calendário, de modo que a cada ciclo/ano o pacto da sociedade com Deus se renovava e esta se aproximava do fim. Além disso, incluía duas temporalidades: uma curta, correspondendo ao dia e a noite; e uma longa, determinada pelas estações. Ou seja, no que diz respeito à releitura da sucessão do tempo realizada pela Igreja, essa organizou-se principalmente

em função dos parâmetros socioculturais que o cristianismo trouxera, hierarquizando-o por um lado, através da história sagrada e por outro pela sucessão dos trabalhos, sobretudo os do campo que garantiam a sobrevivência deste mundo. Os pagamentos dos tributos, por exemplo, faziam-se sempre nos dias de determinadas festas ou santos (FRÓES, 2011, p. 115).

De fato, os séculos XII e XIII assistiram uma transformação que incluía o crescimento do comércio, das cidades e da vida urbana. Este processo trouxe consigo novas representações do tempo, e conseqüentemente nova contagem e lógica. Um exemplo disso foi o aparecimento do relógio.

A questão é que estes novos conceitos “urbanos” não ofuscaram os antigos. O tempo natural, mais ligado ao trabalho no campo e dependência da natureza, continuou por muito tempo a ser predominante como organizador do quotidiano, ligado aos sinos da Igreja, juntamente com o tempo litúrgico, das obrigações e celebrações religiosas (LE GOFF, 1989).

À parte dessa dicotomia tempo rural/urbano, outra relação permeava o período medieval: a dicotomia entre tempo laico/eclesiástico. O mercador aparece como uma figura de destaque nesta sociedade, e se vê submetido aos dois tempos. Afinal, mesmo que agora dispusesse de meios tecnológicos e mecanizados de mensuração, que se sobrepujam à meteorologia natural em termos de controle do tempo, ainda estava dependente em alguns aspectos do tempo natural e descontínuo (LE GOFF, 1989).

Falando em mensuração do tempo, esta também possuía múltiplas variantes no período. Cada localidade possuía seus métodos, formas, unidades e referências. A uniformização destas medidas foi um processo longo, impulsionado pelas necessidades do renascimento do comércio medieval (CORSEBY, 1999).

3 Instrumentos reguladores do tempo: Relógio e Calendário

No final do século XIII e início do XIV, o relógio mecânico surgira já nas cidades junto com uma nova temporalidade e uma percepção sensorial mais delimitada e a curto prazo. Os homens da época já encaravam como normal as invenções, ainda que a maioria delas possuísse baixas técnicas de reparação (GIMPEL, 1977). A Igreja por sua vez teve que se adaptar a estas inovações e foi obrigada a dividir as “exigências da eternidade” com os interesses temporais dos burgueses.

Porém, antes do relógio, outro instrumento já se consagrava como regulador do tempo, responsável pelas datações. Tratam-se dos calendários, “diretamente ligados à organização do espaço, das hierarquias sociais e das experiências cotidianas da sociedade” (FRÓES, 2011, p. 114). O calendário usado na Europa medieval seguiu o sistema desenvolvido pelos romanos, mas a Igreja acabou se apropriando deste instrumento para organizar suas datas e liturgias, superpondo-lhe uma lista de festividades cristãs, com grandes mudanças na vivência temporal.

Consagrado assim como “um dos principais instrumentos de poder na sociedade, o calendário tem função de controle do tempo do trabalho e do ócio, das festas e dos rituais religiosos, da construção das eras, utopias e escatologias” (FRÓES, 2011, p. 114). Através de representações simbólicas dos anos em unidades como meses, semanas, dias, que se repetem regularmente, os calendários tentam eliminar as irregularidades dos processos naturais e garantir um meio de percepção e orientação social do tempo, mais domesticado.

A Igreja acabou se apropriando deste instrumento para organizar suas datas e liturgias. Claramente relacionado ao tempo cósmico, os calendários são instrumentos claros de controle cotidiano e medida social do tempo, tomando elementos naturais transportados para o âmbito da cultura, e amalgamando-os com datas rituais e religiosas.

Destes elementos naturais surgiu um sistema de organização de práticas composto de ciclos regulares, que seguiam as estações, os dias e as noites, e outras referências (LE GOFF, 1998). Os marcos e a necessidade de cálculos vieram desta função calendarial fundadora da cronologia e periodização, visto que a convenção da marcação de datas exigia uma preocupação com a sucessão temporal mais longa.

Os Livros de Horas são uma grande fonte de estudo deste tempo calendarial. Segundo Vânia Fróes (2011), trata-se basicamente de um livro de orações, devido seu nítido caráter religioso. Entretanto, possuem também um forte conteúdo político, pois a partir do momento que os calendários regem as atividades fundamentais desta sociedade, tornam-se expressão de poder, de controle do tempo. Tanto que sua organização, convencional, se liga aos interesses de uma elite que impõe o controle, e o próprio crescimento do poder régio aumenta a demanda pela fabricação destes Livros de Horas nos últimos séculos da Idade Média.

Apesar de produzidos nos *ateliers*, e portanto, ligados ao contexto urbano e da nova organização do trabalho, os velhos conceitos e referências não desaparecem dos Livros de Horas: a ideia de trabalho por exemplo continua bastante ligada à terra. Podemos ver estes livros na verdade como a grande síntese das temporalidades medievais, um almanaque que mistura calendários com velhas contagens de horas litúrgicas, canônicas, junto com temas profanos, tabuas astronômicas, festas, orações, meses de trabalho, etc (FRÓES, 2011, p. 116).

A percepção do tempo se utiliza de símbolos. O relógio indica o tempo através da produção contínua de símbolos que só tem significado associado a figuras perceptíveis, e assim cumpre a função de transmitir mensagens ao grupo e regular seu comportamento. Os calendários também representam simbolicamente os anos em unidades como meses, semanas, dias, que se repetem regularmente, tentando eliminar as irregularidades dos processos naturais. No meio humano, os símbolos sociais adquiriram a função de meios de orientação, de conhecimento, e o tempo compõe parte deste aparato simbólico. Mas se é fato que o poder regulador deste impõe certa ordem, só tardiamente o tempo se tornou símbolo de coerção, bem como tardio foi também a auto-regulação a uma cronologia. Uma coerção de natureza social, mas que repousa sobre dados naturais.

Enfim, a vida seguiu o mesmo curso, do nascimento à morte, mas a ordenação desse processo sob forma de correr dos anos veio só a partir do desenvolvimento do símbolo regulador do ano, unidade de tempo.

4 O tempo do trabalho na Idade Média

Os Livros de Horas trazem em seus calendários temporais as diferentes atividades realizadas na terra, que ainda ressalta como a referência máxima de trabalho, ainda ligado à ideia de expiação do pecado original. Mas não regulam apenas estas atividades, direcionando-as em cada mês, pois representam da mesma forma as atividades ociosas da nobreza, como festas e jogos. Ou seja, os Livros de Horas são uma excelente fonte para o estudo das relações ócio/trabalho/oração, em que se baseia a sociedade medieval. Relações que trazem à tona a imagem das três ordens em que a oração, com seu sagrado monopolizado, é tão substancial quanto o trabalho e a guerra, esta última função específica dos *bellatores*, que obviamente não guerreavam o tempo todo.

No que diz respeito ao trabalho, tal termo só veio a vigorar, no sentido de trabalho manual e penoso, no século XVI. Na época medieval era mais comum o uso de outros termos como *opus*, neutro e sem qualificativo, designando toda forma de trabalho, do espiritual ao mecânico; *ars*, mais positivo, referindo-se ao resultado da atividade ou serviço prestado à comunidade, ao bem comum; e *labor*, termo pejorativo, identificando a produção pelo trabalho, fruto de um esforço (FOSSIER, 2000, p. 15).

Embora alguns autores considerem como trabalho apenas as atividades manuais, há que se ter em mente que no período medieval todos são trabalhadores, devendo possuir alguma ocupação a fim de produzir algum bem, seja ele material ou moral e espiritual, como os clérigos. Este seria o destino natural dos homens, imposto pelo Criador, que teria dividido esses em três tipos de trabalhadores: *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, base do equilíbrio social, e sustentado pelos pensadores da Igreja.

Na Idade Média a unidade de tempo de trabalho era o dia, e de início e por longo período, o dia de trabalho rural, ligado ao tempo natural e religioso. Isto significa que o tempo do trabalho foi bastante dominado pelas referências de uma economia submissa a ritmos agrários. No entanto, o século XIV assistiu o conflito com outro tempo de trabalho

que surgia, que gerou uma certa crise de adaptação. Estas novas concepções de trabalho vieram com o crescimento urbano e comercial.

Neste conflito, multiplicam-se os sinos, visto a necessidade de uma nova e mais rigorosa regulamentação da jornada de trabalho a lutar contra as evasivas dos trabalhadores que queriam prolongar o dia laboral. Estes trabalhadores de fato lutaram para serem senhores de seu tempo de trabalho e se protegerem contra a tirania patronal, pois presenciavam diante de seus olhos uma série de mudanças, como a hora se tornando a unidade de tempo de trabalho, e a delimitação de um tempo de descanso ao lado do tempo laboral. Estas duas partes compunham o tempo cotidiano, diferente do tempo eclesiástico, de festas e cataclismos, que são episódicos (LE GOFF, 1989).

A unificação do tempo só veio a ocorrer no século XIX, e o tempo agrário continuou a ser o mais importante durante toda a Idade Média. Entretanto, estas novas relações trazidas pelo crescimento urbano num melhor emprego e regulação do tempo, trazendo inclusive a importância da existência de um tempo específico para o lazer. A regulamentação do ócio muitas vezes se apresenta complementar à do trabalho, já que o ócio se insere na relação dialética entre trabalho/produção e construção do tempo. Mesmo não regulado plenamente como o trabalho, o espaço e tempo do ócio é também esboçado nos calendários, sempre associado à nobreza, aos meses de abril, maio, e junho, mais festivo, às estações amenas, fruição dos sentidos e prazer.

Isto prova o quanto o ócio e as atividades a ele relacionadas passaram a ser uma preocupação de suma importância para a Igreja, e também para alguns monarcas, especialmente em relação aos atos da nobreza/cavalaria, que necessitavam serem regrados. Os jogos e as regras que produzem serviram para reproduzir um certo controle da violência desenfreada dos tempos de paz. O discurso da Igreja e de uma série de dinastias como a de Avis em Portugal, traziam consigo um projeto civilizador que pretendia botar freios na rudeza da nobreza, desenvolvendo na ética cavaleiresca novos parâmetros de conduta que incluíam utilizar o tempo do ócio com sabedoria e temperança, de modo que possam despertar virtuosos aprendizados (GOMES, 1995).

Como os trabalhadores já estavam ocupados com os trabalhos na terra, preocupação dos poderes régios se concentrava na contenção de seus guerreiros. Os jogos e outros divertimentos passaram a ocupar cada vez mais o tempo dos nobres, participando

de seu cotidiano, sempre entre as refeições, ou em datas específicas, mas nunca episódicas. Além disso, inúmeros tratados passaram a serem escritos a respeito de atividades como caça, montaria, alveitaria ou equitação, sempre tentando ensinar não só como tirar bom lazer destas atividades, mas também virtudes. Um bom exemplo é a Literatura Técnica da Dinastia de Avis que expressa bem as concepções do ócio (PIMPÃO, 1947).

5 O tempo do ócio na Idade Média

O trabalho na terra era considerado de início como um inconveniente pela Bíblia, uma punição divina resultante das faltas cometidas por Adão e Eva, isto é, o pecado original. Entretanto, ainda que fosse mais penoso do que atualmente, não eram vistos como insuportáveis, levando em consideração a vigência do ideal de que o esforço e a privação eram não apenas uma via de acesso a Deus ou de libertação individual, mas um mecanismo para espantar tentações e vícios da introspecção que bloqueiam o pensamento em Deus (FOSSIER, 2000, p. 18-19).

Ou seja, pouco a pouco, ao longo da Idade Média, o trabalho agrícola foi despindo-se de sua roupagem de maldito, para passar à imagem de salvacionista, até chegar ao caráter de honrado, indispensável, produtivo no século XIII. Essa transformação, e apologia da atividade enquanto progresso material e espiritual (CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 147) pode ser constatada pela constante utilização dos trabalhos camponeses nas ilustrações dos riquíssimos calendários e Livros de Horas, bem como na preocupação maior da Igreja em regulamentar o sagrado dia de folga e condenar a ociosidade.

Assim, se o tempo agrário continuou a ser uma referência fundamental durante toda a Idade Média, a maior regulação do tempo trouxe também a importância da existência de um tempo específico para o lazer. A regulamentação do ócio muitas vezes se apresenta complementar à do trabalho, já que o ócio se insere na relação dialética entre trabalho/produção e construção do tempo. Mesmo não regulado plenamente como o trabalho, o espaço e tempo do ócio e das comemorações é também esboçado nos calendários, tanto que na “construção idealizada das temporalidades na Idade Média, os

meses de abril e maio estavam sempre associados à diversão, aos jogos e, principalmente, à nobreza e ao ambiente cortesão” (FRÓES, 2011, p. 117).

No entanto, a relação entre os medievais e a ociosidade sempre fora complexa. A ociosidade sobreviveu durante a Idade Média como um dos efeitos mais reprovados da acídia, um pecado inicialmente ligado exclusivamente aos eremitas e monges. Todavia, com as transformações do tempo, a acídia deixa de relacionar com “o estado de fraqueza de um corpo constricto à pena, ao isolamento, à privação; ela pode ocorrer também na ausência destas condições extremas” (CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 142). Uma vez que se admite que a tristeza é uma de suas causas primordiais, passa-se a considerá-la com uma desordem moral universal e inerente à condição humana.

De fato, a partir do século XIII a acídia passa a atingir o mundo laico, tornando-se um dos vícios mais conhecidos. Enfim, “se na via contemplativa a acídia é, sobretudo, tédio, amargura e falta de concentração, na via ativa ela é mais frequentemente ociosidade, indolência e busca de distrações” (CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 144). Isto é, a partir do momento em que se laiciza, acídia se associará fortemente ao ócio e às atividades/jogos/competições que lhe fazem parte, principalmente entre a nobreza, que possui mais tempo livre, e dá preferência à caça, aos torneios, às justas, do que às obras de caridade ou aos serviços religiosos.

A exceção encontra-se na santa ociosidade, que aproxima de Deus devido a meditação e a prece, sendo portanto, tolerado pela Igreja. Ademais, os pecados contíguos à ociosidade vão permanecer nos séculos seguintes como opostos aos deveres do bom cristão (presença na missa, confissão anual, repouso dominical, preces diárias, obras de misericórdia) e aos preceitos impostos pela Igreja.

Muitos são os tratados que visam prevenir contra ela, considerando como ilícitas as atividades que dão prazer, e dedicação a elas vista, juntamente com a indolência no trabalho e a vagabundagem, como oposição às obras divinas e fuga do cumprimento das obrigações espirituais. Estes pecadores, preguiçosos e inativos (e inclui-se aqui os que trabalham sem respeitar o repouso corporal e espiritual regulamentado pela Igreja), subtraem-se à lei da atividade imposta por Deus e condenam-se pelo “desperdício de um dos bens mais preciosos que Deus tem concedido ao homem: o tempo” (CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 146).

A questão é que orações e trabalho são constantes ao longo do ciclo de um ano nesta sociedade, praticamente sem ruptura. Sempre há por que orar, e sempre há onde trabalhar, seja nas próprias terras ou do senhor. Ao contrário, as guerras, têm cada vez mais seus períodos bem estipulados, principalmente após a Paz de Deus e algumas ações régias. O que fazer então com esta nobreza predominantemente guerreira em tempo livre, isto é, não bélico?

Segundo Cardini, estes grupos de guerreiros e cavaleiros seguiam já no fim do século XI uma ética fundada na coragem, na fidelidade ao chefe, na amizade aos companheiros e na honra. Mais tarde vemos surgir a ética cavaleiresca propriamente dita à qual se uniu os deveres de serviço à Igreja e defesa dos *pauperes*. Mas os valores correntes deste grupo envolviam uma apologia à guerra, fonte de recompensas e promoções para muitos jovens cavaleiros; e também à honra que, juntamente com os feitos das armas e de cavalarias, era também evocada como recompensa dos atos gratuitos, exclusiva dos cavaleiros, daqueles que não esperam remuneração material, que enfrentam os perigos na função de defensores do povo cristão. O trabalho é incompatível com a honra, ou viviam do direito sobre bens conquistados pelos antepassados, ou, quando precisavam de ganhos, se aventuravam fora do reino atrás de rendas (CARDINI, 1989).

À parte destes ideais cavaleirescos, a realidade mostra-se mais cruel. Segundo o cronista a lealdade e a honra aparecem muitas vezes como um negócio, ligado ao dinheiro e aos bens materiais. Os cavaleiros aparecem como um grupo ganancioso e oportunista, e os privilégios atribuídos a eles por sua função eram motivo de agressivos saques, usurpações, e confrontos sangrentos (SARAIVA, 1988). Logo, os jogos como torneios e justas apareceram como uma excelente válvula de escape para a energia bélica dos cavaleiros. Sua excelência deve-se à união de alguns aspectos, pois servem não só ao lazer dos nobres, mas também como parte do treinamento nos feitos das armas e preparação para o combate, além de meio de enriquecimento.

Isto prova o quanto o ócio e as atividades a ele relacionadas passaram a ser uma preocupação de suma importância para a Igreja, e também para alguns monarcas, especialmente em relação aos atos da nobreza/cavalaria, que necessitavam serem regrados. Os jogos e as regras que produzem serviram para reproduzir um certo controle

da violência desenfreada dos tempos de paz. O discurso da Igreja e de uma série de dinastias como a de Avis em Portugal, traziam consigo um projeto civilizador que pretendia botar freios na rudeza da nobreza, desenvolvendo na ética cavaleiresca novos parâmetros de conduta que incluíam utilizar o tempo do ócio com sabedoria e temperança, de modo que possam despertar virtuosos aprendizados (GOMES, 1995).

Como os trabalhadores já estavam ocupados com os trabalhos na terra, preocupação dos poderes régios se concentrava na contenção de seus guerreiros. Os jogos e outros divertimentos passaram a ocupar cada vez mais o tempo dos nobres, participando de seu cotidiano, sempre entre as refeições, ou em datas específicas, mas nunca episódicas. Além disso, inúmeros tratados passaram a serem escritos a respeito de atividades como caça, montaria, alveitaria ou equitação, sempre tentando ensinar não só como tirar bom lazer destas atividades, mas também virtudes. Um bom exemplo é a Literatura Técnica da Dinastia de Avis que expressa bem as concepções do ócio do período (PIMPÃO, 1947).

6 Considerações Finais.

Norbert Elias explica que a centralização do poder no fim da Idade Média veio acompanhada de mudanças na instituição da monarquia que permitiram ao rei adquirir e preservar seu poder. Dentre estes estava o estabelecimento do controle da conduta da corte régia através da etiqueta e do auto-controle. Junto com estes domínios, o domínio do tempo foi descoberto pelos monarcas como forte instrumento regulador das ações e expressão de poder.

No caso específico de Portugal, esse processo de monopólio real do poder, da força e do fisco teve impulso com a Dinastia de Avis, instaurada pela vitória de D. João I. Esta geração de príncipes letrados aproveitou da vasta existência de uma literatura moralística existente há séculos na Idade Média, como os provérbios, fabulários, bestiários, etc.

Dando-a novo vigor, esta dinastia criou todo um conjunto de obra denominada Prosa Moralística de Avis. Seu diferencial está no fato de que não considerava os contos e histórias como os principais veículos de transmissão do conhecimento. Os príncipes de

Avis souberam valorizar a experiência, o poder dos sentidos, o contato direto com a natureza, esta grande fonte de sabedoria da época medieval. Esta literatura uniu toda uma gama de atividades, como a caça, a equitação e outros jogos a um objetivo moralizante, como meios de educar sua aristocracia, já que esta se deliciava destas atividades, muitas vezes com um furor que necessitava ser refreado. O tempo do ócio assim passou a ser mais regulado visando transformá-lo num lazer proveitoso.

Jean-Michel Mehl, estudando a evolução dos jogos na Idade Média, se utiliza destas concepções de Huizinga para reconhecer as aptidões pedagógicas destes, ou seja, sua participação na formação dos indivíduos. Esta evolução não se separa do desenvolvimento do estado moderno que visa pacificar o espaço social apoderando-se do controle desta pacificação, ou seja, o processo de desenvolvimento dos jogos medievais se traduz nesse processo civilizador defendido por Norbert Elias (MEHL, 2002).

No entanto, Alain Guerrau, estudando a caça especificamente, não considera como explicações suficientes para sua paixão a de preparação e substituição da atividade guerreira, nem o caráter de necessidade alimentar. Segundo o autor, cabe enxergar a caça dentro de sua natureza ritual e função lúdica, e ler seu sentido inserido no sistema de representações feudais. Pois a caça é um rito de ordem, de delimitação de posição e papel na sociedade, e um rito de dominação na Europa feudal que estava condicionada à fixação do solo e diferenciação dos espaços (GUERRAU, 2002).

E como ritos, estes jogos são os guardiões do ritmo das permanências, de uma temporalidade mais longa. É assim que pretende-se começar a enxergar os jogos na Idade Média, não apenas como métodos pedagógicos, mas como fontes para estudar ritos e símbolos do poder na Idade Média, alvos bastante privilegiados e considerados dignos pela nova história política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In: **O Homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CASAGRANDE, C.; VECCHIO, S. **Histoire des Pechés Capitaux au Moyen Age**. Paris: Aubier, 2003.

CORSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FOSSIER, Robert. **Le Travail au Moyen Age**. Paris: Hachette Littératures, 2000.

FRÓES, Vânia L. **O Livro de Horas dito de D. Fernando – uma maravilha para ver e rezar**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v. 129, 2011.

GIMPEL, Jean. **A Revolução Industrial na Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.

GOMES, Rita Costa. **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1995.

GUERREAU, Alain. Caça. In: LE GOFF, Jacques. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, v. I. São Paulo: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito da Idade Média**. Lisboa: Editora Estampa, 1989.

MEHL, Jean-Michel. Jogo. In: LE GOFF, Jacques. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, v. II. São Paulo: EDUSC, 2002.

PIMPÃO, Álvaro Júlio C. **História da Literatura Portuguesa**, vol. I (séc. XII a XV). Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947.

SARAIVA, António José. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

WHITROW, G. J. **O Tempo na História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019